



É Hora da Escola

O Governo do Estado de São Paulo começa a cumprir o compromisso assumido com a população: a recuperação da Escola Pública e a da qualidade do ensino oferecido à sociedade. Desde sua posse, em março, ele adotou medidas que sinalizam de forma eloqüente a priorização da Educação como o eixo central de suas preocupações. Nos últimos sete meses foram tomadas decisões de grande relevância, entre as quais pode-se destacar a reforma de 867 prédios escolares (como parte de um programa global de reformas que, até dezembro próximo, atingirá 1.200 escolas em todo o Estado); o aumento de 651% no valor do repasse da merenda escolar para os Municípios; o início da contratação de 5 mil vigilantes, o que garantirá permanente Segurança Escolar em todas as 2.350 escolas da Grande São Paulo; a contratação de 20 mil inspetores de alunos, escriturários e auxiliares de serviço; a instituição, nos fins de semana, de programas culturais regulares nas escolas da Grande São Paulo, como forma de integrar a comunidade à vida escolar; a ampliação do sistema de Unidades Volantes, estendendo a manutenção preventiva a todas as escolas da Capital e da Região Metropolitana.

Tais providências visaram a regularização do funcionamento daquela que é a maior rede pública escolar de todo o Continente. Hoje a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo administra 6.359 prédios escolares (onde estudam cerca de 6 milhões de crianças e adolescentes), 44 escolas técnicas e 35 escolas agrícolas, às quais estão vinculadas 35 fazendas experimentais. A SEE é responsável pela distribuição anual de cerca de 40 mil toneladas de alimentos da merenda escolar. Seu quadro de pessoal, entre docentes, diretores e funcionários administrativos, supera a casa das 350 mil pessoas. Para manter em funcionamento esse universo gigantesco, o Estado de São Paulo aplicará, este ano, uma massa de recursos orçamentários da ordem de US\$ 2,6 bilhões.

A expansão da educação pública no Estado nas duas últimas décadas assegurou que praticamente todas as crianças em idade escolar pudessem ter acesso ao ensino público e gratuito de primeiro grau. Hoje o acesso à escola se acha universalizado: toda criança com 7 anos de idade tem vaga na escola pública. Mas o crescimento na oferta de vagas não foi acompanhado da criação proporcional de uma infra-estrutura educacional. A insuficiência de uma política persistente de formação e valorização de docentes, a não incorporação adequada das Universidades no processo efetivo de transformação do ensino fundamental, os baixos salários, e finalmente, uma máquina administrativa anacrônica têm sido, entre outros, os principais ingredientes da má qualidade do ensino.

Foi com a determinação de enfrentar e superar esse quadro que o Governador Luiz Antonio Fleury Filho baixou, no dia 6 de maio último, o Decreto nº 33.235, criando o Núcleo de Gestão Estratégica. A primeira providência tomada pelo Núcleo foi realizar o levantamento de todos os diagnósticos, estudos e análises disponíveis sobre o ensino público em São Paulo. Produzidos pelas três universidades públicas paulistas, por organizações não-governamentais, por entidades da sociedade civil, partidos políticos e administrações anteriores da SEE, esses documentos foram tabulados e neles identificou-se as principais áreas críticas da educação pública no Estado. A partir de então, cerca de 100 especialistas em Educação — das mais variadas tendências políticas e defensores de diferentes concepções sobre o papel da Escola Pública — dedicaram-se, nos últimos três meses, a um amplo processo de reflexão. Destes, 35 são profissionais da Rede de Ensino — escolhidos entre professores, diretores e funcionários — incorporados ao Núcleo a partir da preocupação de produzir um projeto com raízes no cotidiano da vida escolar. Além disso, a Secretaria solicitou a todas as entidades representativas do magistério e dos funcionários que